

## **Modos de vida de famílias atingidas após a instalação da UHE Foz do Chapecó segundo modalidades de indenização**

Myriam Aldana Vargas – Doutora em Ciências Humanas. Professora do Programa de Mestrado de Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ. E-mail: aldana@unochapeco.edu.br

Bruna Ohland – Estudante de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ. E-mail: brunaaaa@unochapeco.edu.br

Daian Cattani – Estudante de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ.  
E-mail: daiancattani@unochapeco.edu.br

**Resumo:** O Rio Uruguai, que no Brasil faz divisa entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e também entre Argentina e Uruguai tem sido alvo de grandes projetos hidrelétricos que foram concebidos ainda na década de 1970 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó está localizada no Rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó no estado de Santa Catarina e Alpestre no estado do Rio Grande do Sul. Instalada em 2010 atingiu 13 municípios destes dois estados. A Foz de Chapecó Energia, responsável pela Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, recebeu em julho de 2010 a concessão do uso da água da Agência Nacional de Água (ANA) outorgando-lhe o direito do uso de recursos hídricos para fins de aproveitamento do potencial hidrelétrico da UHE Foz do Chapecó, e a licença de operação da hidrelétrica foi concedida pelo IBAMA no mesmo ano. Neste grande projeto, o processo de indenizações aos atingidos foi bastante complexo e conflitivo. Objetiva-se então apresentar a dinâmica deste processo com a participação dos atores sociais envolvidos assim como a situação das famílias atingidas após cinco anos da instalação. Caracterizaram-se duas modalidades de indenização. Ao estudar a situação das famílias dentro das novas localidades identificou-se as alterações das atividades produtivas, a desestruturação das redes de relações sociais e dos modos de vida estabelecidos que provocaram importantes perdas materiais e simbólicas, igualmente identificou-se os diferentes impactos nos atingidos, comparando a situação das famílias, segundo a modalidade de indenização escolhida.

**Palavra-chave:** Usina Hidrelétrica-UHE - Processos de Negociação - Modalidades de Indenização - Impactos nos atingidos;

## 1. INTRODUÇÃO

Os modos de vida podem ser escolhidos num sistema capitalista e patriarcal? Esta será a pergunta norteadora que permite definir como objetivo deste artigo, a caracterização dos modos de vida segundo as modalidades de indenização realizadas entre o empreendedor responsável pela instalação da Usina Hidrelétrica – UHE Foz do Chapecó e os atingidos pela construção desta barragem.

Para atingir este objetivo, foi realizado um estudo de caráter qualitativo que possibilitou um aprofundamento no universo dos significados, permitindo compreender as representações das famílias que escolheram modalidades de indenização dentro das opções colocadas pelo empreendedor. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas de opinião, gravadas e transcritas permitindo ao pesquisador desenvolver uma conversa mais ampla com o sujeito de pesquisa. Pois, a entrevista semiestruturada contém um roteiro, mas possui certa flexibilidade para obter dados mais amplos e maior interação entre pesquisador e entrevistado (Minayo; Sánchez, 1993: 21-22). Igualmente foi realizado levantamento documental relativo aos processos que envolveram a construção da usina.

Uma das formas de indenização que foi concedida nas negociações entre a UHE Foz do Chapecó e os atingidos foi o chamado Reassentamento Rural Coletivo – “Mãe Terra”, onde foram realizadas entrevistas com algumas famílias. Nestas conversas apareceram expressões significativas a respeito dos motivos da escolha por esta modalidade. Vejamos um exemplo

Numa das entrevistas, conversamos com: as crianças, o pai de família a dona da casa, e além deles tinha num cantinho sentado um senhor de aproximadamente 70 anos, o qual permaneceu calado. No entanto, durante a conversa soubemos que ele era o dono de várias hectares de terra no município de Alpestre-RS, as quais foram inundadas pela barragem e as alugava para os três filhos e suas famílias. Ao perceber que tínhamos prestado somente atenção para o resto da família, fizemos uma pergunta dirigida a ele sobre a escolha de ter ido para o reassentamento, olhou para nós e com uma voz de resignação e falou: “Fazer o quê?” Frase breve e simples mas que sintetizou a impossibilidade de escolha frente a realidade do sistema: Precisamos produzir a energia e é aí onde se vai construir a usina.

Em nossa sociedade capitalista dificilmente se tem escolhas, uma vez que o mercado tornou-se organizador da economia e da defesa do capital. Por este motivo, o que esta em jogo em qualquer negociação, seja uma casa, o trabalho, as crenças, amizades, estas tornam-se uma

mercadoria com um valor financeiro determinado pelos interesses do mercado, sempre favorecendo aquele que tem mais poder.

Esta mesma lógica do capital se constata na política de expansão da geração de energia elétrica no Brasil que se tem desenvolvido por meio de grandes projetos, tais como: Itaipu, Belo Monte, São Luíz do Tapajós, Tucuruí entre outros. Dentre estes grandes projetos a Eletrosul visava o aproveitamento do potencial energético do rio Uruguai onde se previa a instalação de 40 barragens no trecho nacional (Santos; Nacke; 2001 apud Vargas; Hass; Ampolini, 2014)

Estes grandes projetos geram processos sociais de extrema complexidade, se da uma alteração total do ecossistema e modos de vida da população atingida e de populações que permanecem nos espaços alterados; são envolvidos grandes volumes de capital, que visam não só a produção da energia mais o ganho garantido no pagamento permanente deste produto.

Segundo Vainer (2007:120) “a Eletrobrás, as empresas federais e estaduais, não incorporaram em suas práticas de planejamento, nem na execução a necessidade de rever a matriz energética brasileira e a opção pelos grandes projetos; tampouco parecem ter sido capazes de contemplar de maneira consistente a exigência de uma avaliação mais adequada dos custos sociais e ambientais destes projetos”.

Do ponto de vista sócio-cultural, geralmente são as populações rurais que mais são afetadas, elas perdem o acesso a suas áreas de produção, captação de recursos naturais assim como o tecido social comunitário, além de sua conexão com a terra, com seus mitos, valores, assim o expressa um dos entrevistados<sup>1</sup> que recebeu carta de crédito, uma outra modalidade de indenização nas negociações com a Foz de Chapecó:

Falaram de ir para Mangueirinha no Paraná, mas que nós íamos fazer lá? Nosso umbigo foi enterrado aqui, setenta anos morando aqui com o pai, vamos morrer aqui, não arredamos o pé daqui, lá sem conhecer... tem grandes fazendeiros íamos ser mais miseráveis que aqui... (Entrevistado 4)

---

<sup>1</sup> As entrevistas sobre os processos de negociação do Diretor da UHE Foz do Chapecó, do representante do MAB e do representante da AMISTA foram realizadas nas pesquisas vinculadas ao grupo de pesquisa Política Pública, Governança e Desenvolvimento Regional, que desde 2009 vem acompanhando os diversos impactos da instalação da UHE na região Oeste do Estado de Santa Catarina.

Um outro depoimento de um agricultor de Itá publicado no livro de Maria José Reis e Neusa Maria Sens Bloemer sobre hidrelétricas e populações locais é bem expressivo sobre o significado do lugar onde se vive, onde se constrói o seu território que passa a ser a sua própria existência

O lugar onde nasci vai pra debaixo d'água, minha infância vai morrer... dá muita dor! Não tem dinheiro que pague. A gente vai perder um pedaço de vida: um pedaço de vida que a gente viveu e não vai mais reviver ou retomar. Não vai mais podê levar os filho e dizê: ó, aqui o pai morou: o pai fez isso e aquilo... (Agricultor, Itá/RS-SC 2001)

Não podemos compreender este processo de utilização dos recursos hidráulicos desenvolvido no Brasil, sem situá-lo dentro da economia mundial, economia que nos últimos trinta anos, como afirma David Harvey (2000), tem utilizado um caminho para seu crescimento priorizando o capital financeiro sobre a produção e sobre a qualidade de vida para as populações. Um outro elemento a ser considerado neste processo, é o da mundialização da economia e a polarização da riqueza entendida como “a logica seletiva do capital que atinge de maneira distinta determinadas regiões e camadas sociais, resultando numa distribuição desigual dos impactos e riscos decorrentes das atividades produtivas.” (Chesnais; Serfati, 2003).

Na análise destes mesmos autores, a liberação das forças do mercado característico da mundialização, exige a disseminação de uma política de desregulamentação capaz de subtrair quaisquer barreiras aos movimentos dos grandes grupos do capital privado. (Chesnais; Serfati, 2003)

Para compreender melhor os empreendimentos dos grandes projetos, particularmente os da produção de energia, no contexto do capitalismo e do como repensar o desenvolvimento, precisamos trazer a este cenário, os três atores protagonistas destes empreendimentos como são: a política específica de expansão da geração de energia elétrica do Estado Brasileiro; o setor empresarial e as populações locais.

Este fato nos permite pensar, que quando se trata de analisar negociações entre atingidos, Estado e empresa privada se darão no marco de duas racionalidades em confronto: “de um lado as populações ribeirinhas que resguardam a terra como patrimônio da família e da comunidade, defendido pela memória coletiva e por regras de uso e o compartilhamento dos recursos; do outro lado, o Setor Elétrico, incluindo-se o Estado e empreendedores

públicos e privados que, a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como propriedade, e como tal, uma mercadoria passível de valoração monetária” (Zhouri; Oliveira, 2008: 120).

Considerando o marco deste confronto pode-se pensar que os processos de desterritorialização e reterritorialização que acontecem nas instalações das grandes usinas, também tem concepções diferentes, surgindo a necessidade da luta pelo reconhecimento e defesa dos direitos territoriais como apontam Zhouri e Oliveira (2008) ao analisar conflitos em usinas, nos processos de desterritorialização e reterritorialização promovidas pelo Estado, juntamente com grandes empresas privadas.

Ao falarmos de territorialização ou desterritorialização desde diversas concepções disciplinares, economia, geografia, cultura, política se tem chegado ao consenso da leitura do conceito de território, mas aqui estamos priorizando a concepção desde uma dimensão cultural a qual: “[...] prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que território é visto, sobretudo como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (Haesbaert, 2006: 40).

Vejamos então como se materializam estas reflexões no caso da construção da UHE Foz do Chapecó, cuja responsável pela construção foi A Foz do Chapecó Energia. A empresa, atendendo à exigência do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), modificou a sua estrutura societária no ano de 2007, deixando de ser um Consórcio, tornando-se uma Sociedade com propósito específico, formada pela Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), que detém 51% das ações, Furnas Centrais Elétricas, com 40% das ações e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEEGT), com 9% das ações. A previsão orçamentária para a obra era de R\$ 814 milhões, mas foram gastos no total R\$ 2,2 bilhões, sendo que 1,6 bilhões foram financiados pelo o BNDES (Baron, 2012).

Para a execução das obras, foi contratado o consórcio Volta Grande, formado por Construções e Comércio Camargo Corrêa (Contrutora), CNEC Engenharia Ltda. (Projetista) e Alstom Hydro Energia Brasil Ltda. A energia assegurada é de 432 mega-watts (mw) e a sua potência é de 855 mw. São quatro unidades geradoras com turbinas Francis (214 mw cada). (Foz do Chapecó, 2010).

Um elemento central a ser considerado neste processo é que a decisão da instalação da Usina faz parte da política energética do governo, fato que impede qualquer possibilidade da comunidade local e regional alterar esta decisão, pois o que está em primeiro plano é a necessidade nacional e internacional da produção de energia. Estas decisões verticais

permitem que o empreendedor responsável pela construção se sinta distante de uma gestão participativa, assumindo-se, portanto, como um mero construtor de uma obra já definida.

A Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó foi instalada na região do Alto Uruguai, entre o Oeste Catarinense e o Planalto Norte Gaúcho. Tal empreendimento atingiu 13 municípios do Estado de Santa Catarina e do Estado do Rio Grande do Sul. Foram afetadas 1720 propriedades. Predomina nesta região as pequenas propriedades rurais (até cem hectares), que corresponde a aproximadamente 90% das propriedades rurais locais. Fato que impulsionou o surgimento de grandes empresas agropecuárias, por ter um dos melhores climas brasileiros, além de condições sanitárias adequadas, produção própria de milho, e principalmente dispor de mão de obra familiar. (Vargas; Hass; Ampolini, 2014)

Ao pretender-se fazer uma caracterização dos modos de vida resultantes das “escolhas” de negociação precisa-se compreender a dinâmica das negociações já que estas determinam obrigatoriamente as qualidades destes modos, assim sendo, trazemos aqui as diferentes formas de indenização que foram oferecidas aos atingidos pela Foz, com o objetivo de analisar as negociações envolvendo a indenização dos atingidos.

As modalidades oferecidas eram:

- a. Indenização em dinheiro: onde a propriedade é avaliada, terra, benfeitorias, casa, galpão, arvoredos, mata nativa e exótica, enfim, tudo que está na propriedade, e recebe o valor em dinheiro;
- b. Carta de crédito - o auto reassentamento, onde o beneficiado pode optar em procurar outra área de terra. Recebe uma autorização de compra, a Carta de Crédito, onde os valores são repassados diretamente ao dono do novo lote a ser adquirido;
- c. Reassentamento: “Reassentamento Rural Coletivo - RRC”. Nessa modalidade a empresa adquire uma área de terra e divide os lotes para assim construir o reassentamento coletivo em grandes áreas. Essas são as modalidades mais importantes.
- d. Há também o reassentamento em áreas remanescentes às margens do reservatório, pequenos reassentamentos e os casos especiais.

Neste artigo será focalizado modos de vida da população atingida, que optaram pela indenização do reassentamento rural coletivo e da modalidade e carta de crédito.

### 3. SITUAÇÃO DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS<sup>2</sup>

A situação das famílias atingidas tem algo em comum, a impossibilidade da escolha. A UHE é planejada por determinação do Estado para responder as necessidades de produção de energia que o país demanda. Assim sendo independente dos benefícios barganhados e as perdas ocasionadas as famílias em sua grande maioria, enfrentam situações de desterritorialização obrigando-as a encontrar novos modos de vida iniciando a reterritorialização que traz complexos desafios econômicos, políticos, sociais e culturais.

#### 3.1 Reassentamento Rural Coletivo

Para o empreendedor a opção de indenização do reassentamento é a forma que tem o valor econômico mais alto em comparação as outras modalidades. Para os atingidos, esta modalidade apresenta motivações diferentes como o fato de poder reorganizar a sua vida econômica cultural e social, mas ao mesmo tempo representa a espera de maior tempo para visualizar a mudança de sua vida após a instalação da usina. Assim sendo, o empreendedor que tem a obrigatoriedade de oferecer esta opção, vai procurar juntar todos os empecilhos possíveis para desmotivar toda a população que esta interessada no reassentamento.

Segundo a informação recebida por um representante do MAB que acompanhou as negociações do reassentamento, para a Foz o custo desta modalidade foi em torno de 700 mil reais por família: “as famílias tinham que ganhar um lote mínimo de 17 hectares de terra de área mecanizada, mais o direito dos filhos, e filhos acima de 18 anos ganhavam 8 hectares de terra e abaixo conforme a força de trabalho. Então 16 anos era 6 hectares, 6 anos era 2 hectares, cada família ganhou um lote médio de 23 a 25 hectares de área mecanizada.” (Entrevista com representante do MAB).

Vejamos então como foi o processo das famílias que queriam optar por reassentamento e os mecanismos utilizados pela Foz para definir onde, como e quando se construiria o reassentamento. Em 2007 quando iniciaram a construção, as famílias que queriam optar por reassentamento, aquelas mais próximas do canteiro de obras, eram cerca de 780 de três municípios. Quando a Foz recebeu a lista, imediatamente criou uma regra de enquadramento para diminuir este número: “somente as famílias que tivessem na sua

---

<sup>2</sup> Todas as informações contidas neste item são provenientes do diário de campo onde foram coletadas as informações sobre o reassentamento nas visitas realizadas, assim como das entrevistas com algumas famílias do reassentamento e com alguns dos que receberam carta de crédito.

indenização uma carta de crédito abaixo do valor de 145 mil poderiam ir para o reassentamento.” Esta regra permitiu que restassem unicamente 180 famílias para esta modalidade.

Uma outra estratégia foi o lugar escolhido para a construção do reassentamento, se perguntou às famílias onde queriam morar, e estas sugeriram uma área não tão distante aos municípios conhecidos, ou seja, mais no oeste de Santa Catarina. No entanto, a Foz comprou uma área no município de Mangueirinha no Estado do Paraná, à aproximadamente 250 quilômetros da região. Um dos entrevistados conta que:

Então a Foz sentiu que as famílias não queriam ir para longe, que elas queriam permanecer pela região. Então a Foz comprou uma área em Mangueirinha - PR , uma terra boa, porém longe. Frente a isso, o comitê organizador largou um boato de que lá tinha uma tribo de índio que comia gente, que era uma região seca, que era muito frio, que iam para lá para morrer no meio do mato, então o número de famílias reduziu a apenas 11 famílias que apesar dessas condições queriam ir. Tivemos então que ir para os demais municípios para tentar encontrar mais famílias, pois o grupo mínimo deveria ser de 20 famílias para poder iniciar o reassentamento. Conseguimos então mais um grupo de 11 famílias, que somaram então 22 famílias. (Entrevista MAB)

Foi assim, que ao longo de dois anos, das famílias que queriam reassentamento, algumas foram indenizadas com carta de crédito e as outras foram indo em três etapas, sendo que as primeiras 22 famílias iniciaram a construção das suas casas em dezembro de 2008, terminando em julho de 2009; o segundo grupo de 16 famílias foi de agosto de 2009 terminando no início de 2010; e o último grupo de 18 famílias terminaram suas casas em 2011, totalizando 52 famílias que compõem o reassentamento. No entanto, nos últimos três anos 13 famílias voltaram para sua região de origem, principalmente motivadas pela saudade de seus parentes que ficaram ou por não se acostumar com as regras da nova comunidade.

Estas famílias que foram para o reassentamento tiveram que encarar um estado novo, uma cidade nova, uma vizinhança diferente e com costumes distintos, um novo território com uma dinâmica diferente ao qual vivenciavam em seus municípios, este processo é caracterizado como desterritorialização.

Apesar de todos os desafios encontrados pelas famílias, o reassentamento rural coletivo passou de desafiador para uma grande oportunidade de reestruturação da economia familiar e das relações sociais. No início, muitas famílias pensaram em desistir e voltar, mas



com o tempo foram construindo seu novo território, caracterizando o processo de reterritorialização. Hoje, as famílias que estão reassentadas em Mangueirinha tem como sua principal fonte de renda a atividade leiteira, e como uma segunda fonte, o plantio de milho, soja e pastagem nas áreas que ficam ociosas. Estão organizados em uma associação que coordena e define os projetos a ser desenvolvidos no reassentamento. A diretoria desta é renovada a cada 02 anos por meio de votação de toda a comunidade. O MAB tem acompanhado este processo de organização da comunidade desde as negociações com a Foz e tem dado assessoria ao longo destes cinco anos.

As duas narrativas apresentadas a seguir mostram as percepções das mulheres e dos *homens* a respeito da sua vida no reassentamento, o trabalho, o lazer, e as atividades comunitárias.

*Narrativa de algumas mulheres:*

“A família morava no município de Alpestre e foi para o reassentamento na segunda etapa do processo. Eram em quatro pessoas, e por isso se encaixaram no projeto da casa média. A mãe de 32 anos, veio para o reassentamento com um filho pequeno, o marido e o sogro, e agora tem mais um filho. Em alpestre eles tinham 22 hectares e plantavam fumo, onde a mulher também trabalhava. No reassentamento eles tem 17 hectares e criam vaca de leite, não sofrem mais tanto. A mãe afirma sentir falta da família e dos vizinhos. Ela sai de casa as 06:00h da manhã para tirar o leite, depois entra, faz o café, arruma a casa. Algumas vezes sai para visitar as vizinhas. Nos finais de semana vão na igreja, a família é católica. Duas vezes por ano fazem festa coletiva, sendo um baile que vem o pessoal de toda a região. Tem clube de mães, e vários cursos de pintura, crochê. Uma vez por ano recebem a família que ficou com cartas de crédito mais perto do lugar onde moravam, difícil é a família do reassentamento visitar eles pela distância e não ter quem cuide de tirar o leite. Mesmo que os familiares que ficaram não concordam com elas estarem longe, elas consideram:” Fazer o que né?! Onde o marido vai a gente tem que ir né?!”

*Narrativa de alguns homens:*

“Sentiu muito por ter acontecido a divisão na família. Gostaria de ter ficado mais perto do município que morava. Ele conta que a negociação foi difícil, através de lutas e muita pressão. A Foz não queria aceitar pois eles queriam dar uma carta de crédito para a família, o mais difícil foi a divisão da família que, de 09 irmão só conseguiram vir 06, os outros 04 ficaram pois não se enquadravam nas regras estabelecidas pela Foz, e mesmo que tentaram várias negociações, inclusive substituir uma família por outra, sempre foi argumentado por parte da Foz que eles não teriam o direito. Este fato dividiu a família, e os que ficaram até

hoje não aceitam esta divisão. Plantavam fumo e um pouco de soja e lidavam com leite. A primeira opção da família sempre foi o reassentamento. Mas queriam uma terra próxima de onde já moravam. Na questão do trabalho, melhorou bastante. Antes era terra dobrada, e no reassentamento é terra melhor e é mais fácil para ordenhar as vacas. Benefício de ter uma terra melhor, mas longe de casa. Uma outra melhoria para as condições de trabalho foi a aquisição de máquinas como ordenhadeiras, tratores, estas foram compradas com recursos próprios e com o dinheiro que se paga para a Foz como uma forma de desalienação, as propriedades ficam alienadas por dez anos até obter a escritura das terras. É cobrado o equivalente a 50 sacas de milho por ano. Igualmente, ao longo de cinco anos a Foz paga uma assessoria técnica. As famílias produzem em média de 6 mil a 9 mil litros de leite por mês. A saúde e o estudo para os filhos são muito boas, unicamente um tanto distantes. Com relação ao lazer não dá para comparar com o que tínhamos em nossa terra, onde a gente nasce, se cria, tem os vizinhos e os amigos, jogávamos futebol e bocha, aqui também se joga mas não é a mesma coisa. Das famílias que vieram já voltaram 13, algumas não aguentaram a saudade e para outras foi difícil viver em comunidade. As conquistas desta terra, da casa, das vacas, da saúde, da educação dos filhos, do carro, das motos devemos à luta com o apoio do MAB, sozinhos sem esta organização não teríamos chegado até aqui”.

Passados 05 anos de toda a mudança, as famílias que foram reassentadas conseguiram se reestruturar economicamente e essa foi uma grande vantagem de todo esse processo. Uma desvantagem frente a este processo é a distância dos familiares e do território que viviam. Os impactos decorrentes da instalação da usina não atingem só as questões econômicas, mas também envolvem valores culturais e sentimentais.

A produção capitalista depende dos processos de reprodução e sustentabilidade da vida humana. Esses processos envolvem a reprodução da própria força de trabalho, o equilíbrio emocional das pessoas que são realizados pelas mulheres no ambiente doméstico. O capitalismo, como sistema patriarcal colocou o cuidado da vida humana como responsabilidade individual das mulheres dentro da família. Dessa forma, nem o Estado e nem os homens assumem essas tarefas, que acabam naturalizadas como destino das mulheres. Assim, podemos entender a expressão ”Fazer o que né?! Onde o marido vai a gente tem que ir né?!”

Com relação ao entusiasmo expresso pelas melhorias econômicas resultantes da venda do leite e produção de grãos se evidencia a necessidade de entrar nos formatos da produção capitalista, isto é, melhorar o preço da venda do leite e produzir cada vez mais, ou seja, comercialização e acumulação de capital; por isso poderia se falar da existência dessa

comunidade em um espaço de “não lugar” ao não se inserir na região na perspectiva de um desenvolvimento regional ou na busca de um desenvolvimento endógeno que possa enriquecer a comunidade a médio e longo prazo em benefício da região.

### **3.2 Cartas de crédito.**

A maioria dos atingidos optaram pela indenização em dinheiro, pouco se sabe sobre o destino dessas famílias. Segundo o consórcio não há um controle e acompanhamento das famílias que optam pela indenização em dinheiro. O mais significativo é que esta modalidade era a preferida pela Foz na medida em que após o pagamento se livrava de qualquer compromisso de acompanhamento com a família, além de ser pago um valor que para a empresa tem  $\frac{1}{3}$  do custo em relação ao reassentamento coletivo.

A metodologia adotada no processo de indenização, “pressão”, a escolha do tipo de indenização e o fator “Tempo” tem implicações diretas na escolha das modalidades por parte das famílias atingidas, sendo que as famílias aguardavam quatro meses para efetivar a negociação da carta de crédito e a indenização em dinheiro. Na modalidade reassentamento coletivo a efetivação do remanejamento da família demorava em média catorze meses. As maiorias das famílias, forçadamente, tiveram que optar por modalidades mais baratas para o empreendedor. (Baron, 2012:6)

As famílias que ficaram reassentadas em áreas remanescentes a realidade foi diferente. Muitas ficaram em terras na própria região, porém, terras dobradas que limitam o seu uso em quase sua totalidade. A seguir apresentaremos a narrativa construída a partir das entrevistas feitas com alguns agricultores que receberam carta de crédito:

“Comecei a participar do movimento em 2003, mas não tinha muita esperança de evitar o que ia acontecer. Pensamos então em pelo menos amenizar e conseguir formas justas de indenização para a população. Eu e minha família, até hoje sofremos por causa da falta de documentos que nos impede de conseguir financiamento e investir. Eu trabalhava com vaca de leite, mas agora nessas terras dobradas tive que mudar meu ramo para a plantação de frutas, principalmente banana, que é algo que eu nunca tive conhecimento, e vendo nas feiras. É difícil mudar de ramo para algo que não tinha conhecimento. Hoje, as famílias plantam banana e vendem na região para terem uma fonte de renda. Algumas famílias se beneficiaram, principalmente quem estava do lado da Foz e aceitava as negociações. Não tive vantagem

nenhuma, pois fiz o acordo com área remanescente, construíram a casa e foi só isso que fizeram. Mas a terra prometida não deram. Antes eu tinha 4.3 hectare, agora tenho 19 hectare, porém tudo dobrada, depois me tiraram 7 hectare. e deram para outro e fiquei com 12 hectare, tudo dobrado. Uns irmãos não ganharam nada, eram em 5 irmãos e só dois se encaixaram em indenizações. Aqui tinha turismo antes, quando era só o rio Uruguai, tinha campos, acampamentos... agora a única coisa que funciona mais ou menos é a trilha. A prefeitura fornece transporte escolar e levam até a escola do Bormann. Já tinha feito uma estabilidade aqui, eu pescava com meus irmãos, tinha uma sede campos, umas vacas de leite e vendia leite para as feiras em Chapecó. Começaram a fazer as pesquisas e ficamos enrolados 10 anos. A área ficou sendo como área de risco, não conseguimos investir em mais nada. O pequeno agricultor se não tiver auxílio do governo, não consegue ir pra frente. Nós queremos terra para trabalhar, não sabemos trabalhar em outra coisa. A terra valorizou mas para nós não adianta muito. Queremos terra para trabalhar e plantar.”

Ressalta-se então as dificuldades narradas pelos atingidos em permanecer em sua propriedade, mesmo diante de toda a sorte do assédio que sofreram. Torna-se nítido o seu apego a terra e o desejo de se manter em sua propriedade produzindo. Após o enchimento do reservatório se vê na obrigação de assumir uma nova atividade produtiva, plantar banana em terra dobrada para vender no mercado. Outros que viviam nas margens do rio que nem sabiam que existiam documentos para essas terras em que viviam, na margem do rio vivendo da pesca, da natureza e do trabalho familiar de sobrevivência. As famílias que até então viviam no local, possuíam um nítido apego ao local, constatou-se na fala dos entrevistados o apego do homem a terra, em contraste com a lógica capitalista de exploração, que transforma a terra numa mercadoria, sempre em busca do lucro. São duas lógicas distintas, inconciliáveis.

Há nitidamente duas racionalidades diferentes a do Estado e do empreendedor e a outra a dos atingidos, quando se pensa no desenvolvimento regional ao se trazer um grande projeto que tem benefícios para o crescimento e desenvolvimento da região: de um lado, coloca-se um projeto de desenvolvimento calcado na expansão das fronteiras energéticas para o interior do país, com apoio da burocracia federal e local. De outro, temos os atingidos que lutam para preservar as suas formas de vida e buscam permanecer em suas terras. São duas lógicas distintas: a lógica do campesinato e a lógica especulativa do capital.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presença do Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB, como movimento contestatário e que tem como objetivo central a defesa dos interesses dos atingidos, nem sempre consegue representá-los. Ser facilitador de processos de conscientização sobre os direitos dos atingidos através de atividades políticas, não é algo fácil, trata-se de processos complexos, contraditórios. No entanto, no caso do reassentamento de Mangueirinha pode-se afirmar que as conquistas hoje alcançadas neste território, tem sido possíveis pelo papel articulador do MAB ao longo destes cinco anos. Este reassentamento traz muitas reflexões importantes, úteis para negociações de outras hidroelétricas.

Mesmo que alguns dos que foram indenizados com carta de crédito, afirmam ter tido a possibilidade de melhorar de vida, o Reassentamento não deixa de ser uma opção mais interessante ao permitir a acumulação de capital social e aprendizados significativos sobre a participação política na construção de cidadania.

Processos de reterritorialização construídos e organizados por populações atingidas pelas barragens, que carregam em suas bagagens angústias, medos, incertezas e desafios, devem converter-se no núcleo da resiliência para encontrar a força e o entusiasmo de construir novos territórios, novas relações, recomeçar a vida. Neste processo qual seria o papel do Estado, que em nome da produção de energia promete minimizar os impactos ambientais e sociais causados pelos grandes projetos? Seria então, necessária uma ação articulada do Estado com o poder local, com os consórcios público/privados responsáveis pela execução dos empreendimentos levando em conta as bacias hidrográficas, priorizando realmente as novas condições de vida das populações atingidas.

## Referências

BARON, Sadi (2012). Usina hidrelétrica – **UHE Foz do Chapecó: estratégias conflitos e o desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó. 117 p.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C.(2003). ‘Ecologia’ e Condições Físicas da Reprodução Social: alguns fios condutores marxistas. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, Centro de Estudos Marxistas, n. 16. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/sumario16.html>. Acesso em: 18 de outubro de 2015.

FOZ do Chapecó. Disponível em: <http://www.fozdochapeco.com.br>. Acesso em: 10 de março de 2015.

HAESBAERT, Rogério (2006). **O mito da desterritorialização, do fim dos “territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HARVEY, David (2000). **Espaços da esperança**. São Paulo: Loyola.

MINAYO, M. C; SANCHES, O (1993). **Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade?** In: Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set.

REIS, Maria José; BLOEMER, Neusa Maria Sens (orgs) [2001]. **Hidrelétricas e populações locais**. Florianópolis: Cidade Futura: Ed. UFSC: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC.

STRADA, Simone; TUMELERO, Silvana Marta (2005). **O processo de organização política dos moradores a serem atingidos pela barragem Foz do Chapecó-Góio-Ên**. Monografia (Conclusão do Curso de Serviço Social) Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó.76 p.

VAINER, Carlos B. (2007). Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados**. São Paulo. v.21 n.59, p.119-137. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10210>. [Acesso em: 15 de outubro de 2015].

\_\_\_\_\_ (2008). Conceito de “Atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. (Org.). **Vidas Alagadas** - conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. 1. ed. Viçosa: UFV, 2008.

VARGAS, Myriam Aldana; HASS, Monica; AMPOLINI, Geverson (2014). As audiências públicas nos processos de licenciamento ambiental: o caso da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó. In: **Dinâmicas Regionais e Políticas Públicas**. Chapecó: Argos. 190 p.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel (2007). Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**. Campinas. v.X, n.2. p.119-135.